

Dia-a-dia

14

MORTES POR DENGUE. Esse é o número de mortes confirmadas pela doença no Estado, até o dia 6 de abril. Outras seis estão sob suspeita e continuam sendo investigadas

Alternativa. O projeto viabilizaria, por exemplo, a construção do túnel que ligará Vitória a Vila Velha

Grandes obras em parceria com a iniciativa privada

É o que prevê um projeto de lei do governo estadual, encaminhado à Assembleia, ontem

CARLA NASCIMENTO
cnascimento@redgazeta.com.br

■ As próximas grandes obras do Estado deverão ser feitas em parceria com a iniciativa privada. Um projeto de lei, encaminhado ontem à Assembleia Legislativa pelo governo do Estado, prevê uma Parceria Público-Privada (PPP) para contratos com valores acima de R\$ 20 milhões. O primeiro deles pode ser o túnel que ligará Vitória a Vila Velha.

O governador Paulo Hartung informou que o projeto levou seis meses para ser concluído e deve ser intensamente debatido pela comunidade. Ele é inspirado em modelos utilizados em outros Estados, como Minas Gerais e São Paulo, e até países, como Inglaterra, Chile e Austrália.

Esse tipo de contrato só pode ser realizado em obras de grande porte. Além do valor mínimo de R\$ 20 milhões, o projeto prevê uma parceria com duração entre cinco e 35 anos. Se o projeto for aprovado, os riscos de cada operação serão compartilhados entre o setor público e privado e será criado um fundo para garantir o cumprimento das obrigações financeiras do Estado.

Hartung acredita que a mudança dará fôlego para os novos investimentos e melhorará

Tire suas dúvidas

1 O que é uma Parceria Público-Privada (PPP)?

É um contrato de longo prazo entre o setor público e o privado. É diferente da terceirização e da privatização. Todas as etapas da obra - projeto, construção e manutenção - são feitas pela empresa privada. Mas o pagamento, por parte do setor público, só começa a ser feito quando o serviço for utilizado pela população

2 Que tipo de construção pode feita por meio desse contrato?

As áreas mais comuns em que a parceria acontece são em projetos de construção de estradas e pontes, projetos de saneamento, habitação de baixa renda, prisões e tribunais, hospitais, sistemas de TI*, escolas, instalações esportivas, sistemas de ferrovias leves, gerenciamento de resíduos, iluminação pública, universidades, prédios governamentais

3 Quem vai decidir se o projeto deve ter um contrato do tipo PPP?

Será criado um conselho gestor para essa finalidade. Ele será formado pelos

5 A parceira privada pode cobrar pedágio, em caso de estradas, pontes e túneis?

Sim. Mas o valor será avaliado na elaboração do contrato. O governo pode ainda subsidiar uma parte da tarifa para tornar o projeto viável

6 Que garantias a empresa terá de que o investimento terá retorno?

Será criado um Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas para assegurar o pagamento da obrigação em alguma eventualidade.

7 A seleção da empresa acontece de que forma?

Por meio de licitação na modalidade concorrência

8 Qual a vantagem em relação a outros processos de licitação?

Permite que o Estado comece a pagar pelo serviço oferecido pela empresa privada apenas ao final da obra

Alguns exemplos de parcerias público-privadas

■ **Minas Gerais.** O Estado foi o primeiro a adotar o sistema no país. Entre os projetos com esse tipo de contrato, destacam-se a estrada MG 050, o complexo penal com 3 mil vagas, o campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e o PMI (Aeroporto Regional da Zona da Mata)

■ **São Paulo.** Esse tipo de contrato foi utilizado na linha amarela da cidade de São Paulo, entre outros projetos

■ **Inglaterra.** No início da década, havia mais de 500 projetos em PPP no país. Entre eles, há iniciativas na área de saúde, educação e meio ambiente

■ **Portugal.** Foi aplicado na construção de estradas, da terceira travessia do Rio Tejo, no aeroporto de Lisboa, entre outros

■ **Chile.** A Parceria Público-Privada foi utilizada na construção de penitenciárias, aeroportos, represas, edificações, além de outras obras

Projeto de túnel em 30 dias

Com base no projeto, será possível dizer se o sistema de Parceria Público-Privada é possível

■ Dentro de 20 ou 30 dias deve ser finalizado o projeto básico do túnel de ligação entre Vitória e Vila Velha. Com base nele, será possível verificar se a obra se encaixa no modelo proposto de Parceria Público-Privada (PPP). A possibilidade foi

corta o Espírito Santo, caso o projeto de lei seja aprovado.

Segundo ele, já existem alguns estudos preliminares em andamento. A obra mais provável de ser feita em parceria com o setor privado é o túnel. Em março, o governo anunciou que a construção de um túnel, passando por debaixo d'água, só seria possível com a ajuda da iniciativa privada e que seria necessária a cobrança de pedágio.

TERCEIRA PONTE

A INICIATIVA É VIÁVEL

BRUNO AURICHIO
Economista e professor da Fucepe

Análise

■ A Parceria Público-Privada é viável, porque evita que o Estado tenha fluxo de caixa no início da realização da obra. Em geral, o governo não tem recursos para realizar todos os investimentos necessários de uma só vez. Então, essa seria uma forma de tornar viável a construção de uma obra. A questão é quanto isso vai custar aos cofres públicos amanhã. A ideia é potencialmente boa, mas a taxa de juro e o prazo de pagamento fazem toda a diferença. É como se o governo estivesse tomando um empréstimo da iniciativa privada. Quando ele for chamado a pagar, o valor deve ser justo. Além disso, é importante que o pagamento seja condicionado à qualidade do serviço, como prevê a Parceria Público-Privada. Até porque, se não tiver

Hartung acredita que a mudança dará fôlego para os novos investimentos e melhorará a prestação do serviço público. Isso porque, ao contrário da licitação tradicional, o PPP só prevê o pagamento da obra licitada, quando o serviço estiver pronto para ser utilizado.

No modelo típico de PPP, a empresa privada constrói, opera e fica responsável pela manutenção do sistema. "O setor privado é mais ágil. O setor público é engessado por um conjunto de leis que dificultam a manutenção, a contratação de serviços e a compra de materiais", explica o governador.

PAGAMENTO

Um dos benefícios enumerados durante a apresentação do projeto de lei é que a remuneração da empresa parceira será condicionada à fiscalização do Estado e ao controle da qualidade do serviço. Um exemplo citado é o caso de uma parceria para a construção de um presídio. Se houver fugas, a empresa perde pontos e a remuneração cai.

Por outro lado, a empresa privada poderá exigir uma contrapartida na prestação do serviço, como a cobrança de pedágio em obras viárias. Nesses casos, o valor e os mecanismos de reajuste deverão ser previstos em contrato e podem contar com um subsídio do governo.

O governador ressalta que a medida não interfere no orçamento deste ano e que não se trata de terceirização ou privatização.

“ Não é terceirização, não é privatização e não é o modelo estatal que a gente conhece. Ele preenche a demanda por infraestrutura ”

PAULO HARTUNG
GOVERNADOR DO ESTADO

Será criado um conselho gestor para essa finalidade. Ele será formado pelos secretários de Economia e Planejamento, de Desenvolvimento, da Fazenda, de Gestão e de Recursos Humanos, de Governo, e pelo procurador geral do Estado

4 Há restrições gerais?

Sim. Apenas obras de grande porte, com valores acima de **R\$ 20 milhões** e contratos com prazos entre 5 e 35 anos podem participar do PPP

* Tecnologia da Informação

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

Mais segurança nas delegacias de polícia

■ Durante a entrevista coletiva para divulgar os planos de criação de Parcerias Público-Privadas, o governador Paulo Hartung anunciou também um projeto de lei para a contratação de 106 agentes penitenciários.

Se aprovado, ele vai permitir que policiais civis, que hoje estão responsáveis pela vigilância de presos em unidades superlotadas, voltem ao trabalho de investigação, uma solicitação antiga da categoria.

O secretário Estadual de Segurança Pública, Rodney Rocha Miranda, explica que os agentes serão distribuídos em oito locais: o presídio convencional e o de celas metálicas, em Novo Horizonte, Serra; o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Jardim América, em Cariacica; DPJ de Vila Velha; o presídio de Argolas, Vila Velha; além das delegacias de Colatina, São Mateus e Guarapari.

"Esses locais estão funcionando mais como unidades prisionais do que para o aten-

serviço oferecido pela empresa privada apenas ao final da obra. Também condiciona a remuneração da empresa à qualidade do serviço. Isso significa que, se uma estrada estiver com buracos, por exemplo, a empresa perde pontos e receberá menos do que o previsto. Por outro lado, se a qualidade da via estiver acima do esperado, a remuneração pode ser maior

obras humanas e posto de Parceria Público-Privada (PPP). A possibilidade foi acenada, inclusive, na mensagem enviada pelo governador à Assembleia Legislativa, junto com o projeto de lei.

Esse tipo de contrato está sendo utilizado em diversos projetos no país. Entre eles está a construção de sete rodovias federais, já em fase de licitação. De acordo com o procurador do Estado, Antônio Júlio Castiglioni Neto, trechos da BR 101 em outros Estados estão entre eles. O PPP prevê a criação de pedágios para essas vias.

Ele não descarta a possibilidade de acontecer o mesmo com o trecho da rodovia que

TERCEIRA PONTE

O governador Paulo Hartung descartou a possibilidade de utilizar o sistema PPP na Terceira Ponte, embora o contrato de concessão da via esteja passando por uma análise.

Ele ressaltou que a construção da ponte foi uma iniciativa única na época. "Faltou dinheiro, fizemos uma parceria com uma empresa privada para concluir a construção da ponte. Mas o contrato de concessão não previa a qualidade do serviço na ponte, como era estabelecido na Rodovia do Sol, no trecho de Coqueiral de Itaparica até Meaípe", lembra.

Público-Privada. Até porque, se não tiver penalidade prevista no contrato, a empresa tende a se acomodar. Outra característica desse tipo de contrato deve ser a aplicação em algum tipo de investimento, algo que dê retorno. Ou seja, a parceria não pode acontecer em gastos correntes, como o pagamento de salários ou a compra de medicamentos, por exemplo.